

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000462-61.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **OMNI S/A - Crédito, Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **Marcilio Luiz Torres de Sales**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de busca e apreensão proposta por OMNI S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de MARCÍLIO LUIZ TORRES DE SALES, com fundamento no Decreto-Lei 911/69, referentemente ao veículo Volkswagen Gol, ano 1999, placas CKY 7849.

Deferida a liminar (fls.33), o réu manifestou-se postulando a purgação da mora e a revogação da decisão antecipatória ( fls. 39/77). Sustentou, ainda, a pendência de ação revisional de contrato bancário em curso.

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 335, I, do Código de Processo Civil.

A presente ação não representa o foro adequado para o esgotamento da discussão. Aqui basta a constatação das condições próprias da alienação fiduciária (Decreto-Lei 911/1969). As respectivas consequências devem ser examinadas em meios próprios.

Ainda, o requerido não demonstrou a existência da ação revisional que menciona e não purgou a mora no prazo legal, de modo que o pleito inicial deve ser acolhido, convertendo-se em definitiva a decisão antecipatória.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, consolidando nas mãos do autor o domínio e posse plenos e exclusivos do bem. Convolto em definitiva a decisão de fl. 33. Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa atualizado, observando-se, quanto à exigibilidade das verbas sucumbenciais, o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Caso haja interposição de recurso de apelação, viabilizada a apresentação de contrarrazões – de recurso adesivo, inclusive, subam os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I.

Ibaté, 25 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA